



**ESTADO DO PARÁ  
PODER LEGISLATIVO  
CAMARA MUNICIPAL DE BREU BRANCO**

---

**JUSTIFICATIVAS**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 2022.2612-04/CMBB**

**ASSUNTO:** SEXTO Termo Aditivo para prorrogação do Contrato Administrativo nº 003/2019-CMBB, celebrado com a empresa **MUNDIAL NET TELECOM LTDA-EPP**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob n.º 16.577.986/0001-05, oriundo da Adesão à Ata de Registros de Preços nº 013/2018-PMBB, referente a Licitação Pregão Presencial SRP nº 013/2018-PMBB, processo Administrativo nº 2018.0611-01/SEMAP, homologado em 09/07/2018.

Considerando o art. 7, inciso VI da instrução normativa nº 016/2020 do TCM/PA, de 11 de novembro de 2020, versa que para o Chefe do Poder Legislativo, o período de transição, compreende entre a data da declaração do resultado da eleição da mesa diretora e o 20º (vigésimo) dia útil, após a posse do Vereador-Presidente eleito;

CONSIDERANDO, que a transição de mandato de Chefe do Poder Legislativo Municipal, deve pautar-se pelos princípios da continuidade administrativa, da transparência na gestão pública, da probidade administrativa e da supremacia do interesse público;

CONSIDERANDO a I.N nº 16/2020-TCM/PA, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos atuais e futuros chefes de Poderes municipais, por ocasião da transição de mandato.

Considerando o encerramento do prazo do **Contrato nº 003/2019**, firmado com a empresa **MUNDIAL NET TELECOM LTDA-EPP** que se dará em 31/12/2022.

Considerando o pedido da futura Presidente desta Casa de Leis que solicitou a prorrogação por um período de 12 (doze) meses a prorrogação do Contrato em epígrafe, devidamente justificado pela necessidade da continuidade dos serviços de assessoria e consultoria jurídica para atender as demandas iniciais da nova gestão para o biênio de 2023 à 2024.

Autorizei a abertura de processo Administrativo para o prosseguimento do feito, com fulcro no inciso II, art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a adoção de providências objetivando a prorrogação do prazo por mais 12 (doze) meses e nos mesmos valores pactuados, conforme solicitado pela Comissão da Gestora Sucessora Eleita.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CAMARA MUNICIPAL DE BREU BRANCO**

---

O referido procedimento é viável com fundamentos legais e cláusulas contratuais.

A empresa fora devidamente notificada e anuiu a mencionada prorrogação, (doc. apenso aos autos)

**Da prorrogação**

O Presente Contrato poderá ser prorrogado conforme Art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, *in verbis*:

**Art. 57.** A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

**II** - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

Diante disso, a prestação de serviços de licenciamento de Software para atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Breu Branco, através do Sistema de Integrado de Pessoal (SIP), Recursos Humanos desta Casa de Leis, enquadra-se na prestação de serviços contínuos na medida em que é serviço fundamental para o bom andamento legal das demandas contratuais, licitatórias, principalmente no início de uma gestão pública, podendo ser prorrogado vigendo de **31/12/2022** até **31/12/2023**.

**4 – CONCLUSÃO**

Dessa forma, o Contrato Administrativo nº 003/2019 será prorrogado até 12/12/2023, para garantir a continuidade dos serviços públicos, em seu período de vigência, dando prosseguimento ao setor jurídico para emissão de parecer.

Breu Branco-PA, 26 de dezembro de 2022.

**José Matos de Oliveira**  
**Presidente da Câmara Municipal**